

Referências das Rotinas Administrativas da Secretaria-Geral de Administração (SGADM)

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-SGADM-002- Arquivar e Desarquivar Documentos no DEGEA

Vigência a partir de 12/05/2022

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2003 (Dispõe sobre a padronização dos procedimentos de entrada de acervos arquivísticos no Departamento Geral de Arquivo e dá outras providências);

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01/2004 (Atualiza o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro);

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 02/2004 (Atualiza a Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro);

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2004 (Resolve extinguir o procedimento 'Devolução ao Maço' para os autos processuais judiciais e administrativos que retornam ao DEGEA, e dá outras providências);

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06/2004 (Determina que as unidades organizacionais deverão adotar o modelo de etiqueta auto-adesiva – código 652.9459 – para identificação das caixas-arquivo e dá outras providências);

Ato Normativo TJ nº 05/2014 (Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM/DEGEA) somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) seja a guarda permanente).

Aviso CGJ nº 300/2000 (Dispõe sobre o arquivamento e desarquivamento de processos sem número de distribuição e dá outras providências);

Aviso TJ nº 57/2021 - Avisa que deve ser estritamente observado o disposto no Ato Executivo Conjunto nº 4191/2009, e que portanto a remessa de caixas-arquivo contendo documentos e processos ao DEGEA para fins de arquivamento deverá ser feita por meio do Sistema de Controle de Malotes SISCOMA, procedimento que passará a ser obrigatório a partir de 1º de julho de 2021;

Aviso TJ nº 68/2021 - Avisa aos Magistrados, Chefes de Serventia, Encarregados pelo Expediente, Representantes da Direção do Foro e servidores que a remessa de caixas-arquivo contendo documentos e processos ao DEGEA para fins de arquivamento deverá ser feita por meio do Sistema de Controle de Malotes SISCOMA, em observância ao estabelecido pelo Ato Executivo TJ nº 4191/2009, procedimento que passará a ser obrigatório a partir de 1º de julho de 2021;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 Divulga os correios eletrônicos para solicitação de desarquivamento de documentos diversos, processos administrativos e processos judiciais, e da outras providencias;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 07/2005 (Avisa que a partir do dia 1 de junho de 2005 terá início o processo de automação do Arquivo Central de São Cristóvão e dá outras providências);

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 09/2007 (Avisam que as comunicações internas da Presidência e da Corregedoria Geral da Justiça serão feitas por meio eletrônico, de acordo com as determinações contidas no Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 4, de 27/01/2004);

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 01/2011 (Dispõe sobre a correta classificação processual dos feitos, visando à extração de dados estatísticos mais precisos e o tratamento uniforme na divulgação dos atos processuais judiciais, como forma de viabilizar o exercício da transparência).

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial.

Resolução TJ/OE nº 26/2010 (Altera dispositivos da Resolução TJ/OE n.22/2006, de 15 de agosto de 2006);

Resolução TJ/OE nº 22/2006 (Regula o arquivamento definitivo dos autos dos processos cíveis e dá outras providências);

RAD-SGADM-003- Arquivar e Desarquivar Documentos Sigilosos no DEGEA

Vigência a partir de 25/04/2023

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2003 - Dispõe sobre a padronização dos procedimentos de entrada de acervos arquivísticos no Departamento Geral de Arquivo e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06/2004 - Determina que as unidades organizacionais deverão adotar o modelo de etiqueta auto-adesiva - código 652.9459 - para identificação das caixas-arquivo e dá outras providências;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 - Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 09/2007 - Avisam que as comunicações internas da Presidência e da Corregedoria Geral da Justiça serão feitas por meio eletrônico, de acordo com as determinações contidas no Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 4, de 27/01/2004;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 07/2005 - Avisa que a partir do dia 1 de junho de 2005 terá início o processo de automação do Arquivo Central de São Cristovão e dá outras providências;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 01/2011 - Dispõe sobre a correta classificação processual dos feitos, visando à extração de dados estatísticos mais precisos e o tratamento uniforme na divulgação dos atos processuais judiciais, como forma de viabilizar o exercício da transparência;

Ato Normativo TJ nº 05/2014 - Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGC/DEGEA) somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) seja a guarda permanente;

Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei de acesso à informação;

Resolução Consolidada OE/TJ nº 04/1997 - Regula o sigilo dos procedimentos referentes a magistrados.

RAD-SGADM-004 – Gerir Conteúdo do Portal do Conhecimento do PJERJ

Vigência a partir de 16/12/2022

Resolução TJ/OE n nº 3/2021 – Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Executivo nº 168/2019 - Institui a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, estabelece sua composição e suas atribuições;

Portaria nº 610/2021 - Designa membros para a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COJUS).

RAD-SGADM-005 – Viabilizar Convênios Interinstitucionais Sem Repasse de Verbas

Vigência a partir de 10/05/2023

Lei Federal nº 8.666/93 - Institui norma para licitação e contratos da Administração Pública.

RAD-SGADM-006 – Viabilizar Convênios da Dívida Ativa sem Repasse de Verbas

Com vigência a partir de 30/06/2023

Lei Federal nº 8.666/93 - Institui norma para licitação e contratos da Administração Pública;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 44/2015 - Estabelece a possibilidade de servidores cedidos pelo Estado do Rio de Janeiro e pelos Municípios, ao Tribunal de Justiça, para as atividades referentes ao processamento de executivos fiscais, cumprirem os mandados dessa natureza como oficiais de justiça ad hoc;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 74/2015 - Torna híbrida toda a competência de Dívida Ativa, independentemente da existência de Central ou Cartório da Dívida Ativa.

RAD-SGADM-008 – Divulgar Informações

Vigência a partir de 16/12/2022

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e das outras providências.

Ato Normativo nº 13/2019 - Institui as normas de gerenciamento e controle das divulgações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro nas redes sociais.

Decisão no Processo Administrativo nº 2005/209657 – Refere-se a divulgação dos Atos e Editais emanados do TRE.

Resolução TJ/OE nº 3/2021- Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

RAD-SGADM-009 – Organizar os Arquivos Correntes das Unidades Organizacionais

Vigência a partir de 14/03/2018

Lei Federal nº 8.159/91 – Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;

Lei nº 11.419/2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 16/2009 – Dispõe sobre a implantação do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral de Justiça.

Recomendação CNJ nº 37/2011 – Disciplina a gestão de documentos no Poder Judiciário e a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME).

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01/2004 – Atualiza o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ nº 05/2014 – Estabelece procedimentos de arquivamento de documentos administrativos no âmbito do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGC/DEGEA).

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 9/2014 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), a eliminação dos autos processuais dos Juizados Especiais Cíveis.

Ato Normativo TJ nº 15/2014 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), a classificação dos autos de processos administrativos de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD).

Ato Normativo TJ nº 16/2014 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), a entrega física dos autos de processos administrativos da área de pessoal às partes interessadas.

Resolução TJ/OE/RJ nº 34/2014 – Aprova o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PROGED/PJRJ.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2015 – Atualiza a Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGADM-010 – Receber Documentos para Arquivamento

Vigência a partir de 25/04/2023

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06/2004 – Determina que as unidades organizacionais deverão adotar o modelo de etiqueta auto-adesiva – código 652.9459 – para identificação das caixas-arquivo, e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 05/2014 (Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGC/DEGEA) somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos

(TTD) seja a guarda permanente).

Ato Executivo TJ nº 4191/2009 – Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote – SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual.

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 07/2005 – Avisa que a partir do dia 1º de junho de 2005 terá início o processo de automação do Arquivo Central de São Cristóvão e dá outras providências;

Aviso TJ nº. 35/2007 – Avisa que a partir de 3 de setembro de 2007, a remessa dos documentos desarquivados pelo Arquivo Central de São Cristóvão, dar-se-á por meio dos malotes do Departamento de Correios da Diretoria-Geral de Logística, e dá outras providências;

Aviso TJ nº. 22/2008 – Avisa que a Divisão de Mensageria da Diretoria-Geral de Logística passará a realizar, a partir de 1º de julho de 2008, a entrega de documentos desarquivados no Foro central e, a partir de 15 de julho, a coleta de caixas-arquivo e dá outras providências;

Aviso TJ nº. 27/2010 – Avisa que as diretorias dos foros das comarcas e regionais do Poder Judiciário devem permitir ou facilitar o acesso das viaturas utilizadas pelo DEGEA, somente para carga e descarga de caixas arquivo contendo processos judiciais e outros documentos.

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº. 09/2007 – Avisam que as comunicações internas da Presidência e da Corregedoria Geral da Justiça serão feitas por meio eletrônico, de acordo com as determinações contidas no Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº4, de 27/01/2004;

Aviso TJ nº 57/2021 – Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventia, Encarregados pelo Expediente, Representantes da Direção do Foro e servidores que deve ser estritamente observado o disposto no Ato Executivo Conjunto nº 4191/2009).

RAD-SGADM-011 – Desarquivar Documentos no DEGEA

Vigência a partir de 25/04/2023

Resolução TJ/OE nº 22/06 – Regula o arquivamento definitivo dos autos dos processos cíveis e dá outras providências.

RAD-SGADM-012 – Eliminar Documentos no DEGEA

Vigência a partir de 17/11/2022

Resolução TJ / OE nº 34/2014 - Aprova o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PROGED/PJERJ;

Ato Normativo TJ nº 04/2014 – Autoriza o descarte dos apensos de autos de processos judiciais constantes em editais de eliminação publicados no DJERJ.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 01/2004 (Atualiza o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro);

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 01/2015 (Atualiza a Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro);

Ato Executivo TJ nº 5.157/2009 (Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a eliminação dos autos processuais dos Juizados Especiais Criminais);

Ato Executivo TJ nº 4.363/2010 (Autoriza a eliminação de processos julgados sem resolução do mérito, com baixa no registro de distribuição, em decorrência do cumprimento da Meta 2 de 2009, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);

Ato Executivo TJ nº 4.364/2010 (Autoriza a eliminação de processos judiciais de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ, a publicação de editais para manifestação das partes e dá outras providências);

Provimento CGJ nº 69/2003 (Disciplina procedimentos a serem adotados na juntada aos autos originais proferido no Agravo de Instrumento);

Resolução nº 17/2009 Altera o artigo 209 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Aviso CGJ nº 109/2019 - Orienta os Chefes de Serventia que tenham sob sua guarda agravos de instrumento, cadastrados na classe genérica 241 - Petição Cível, que procedam na forma abaixo.

RAD-SGADM-013 – Movimentar Documentos no DEGEA

Vigência a partir de 25/04/2023

Resolução TJ/OE nº 22/06 – Regula o arquivamento definitivo dos autos dos processos cíveis e dá outras providências.

RAD-SGADM-013 - Organizar Concursos para a Magistratura

Com vigência a partir de 15/07/2019

Constituição da República Federativa do Brasil

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2014 - Regulamento para Concurso de ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Nº.75/2009 – Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional.

Edital do XLVI Concurso para o Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, publicado no Diário da Justiça em 10/03/2014

Edital do XLVII Concurso para o Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, publicado no Diário da Justiça em 05/11/2015.

Constituição Estadual - Artigo 123, III, e no artigo 213, parágrafo primeiro

Deliberação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nº 196/1996 – Dispõe sobre a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas esferas estadual e municipal, e dá outras providências.

Resolução nº 203/2015, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na Magistratura.

RAD-SGADM-014 - Organizar Concursos para a Magistratura

Com vigência a partir de 25/04/2023

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2004 (Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências);

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº. 09/2007 (Avisam que as comunicações internas da Presidência e da Corregedoria Geral da Justiça serão feitas por meio eletrônico, de acordo com as determinações contidas no Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº4, de 27/01/2004).

RAD-SGADM-014 – Processar Feitos Administrativos e Judiciais Cíveis Direcionados à Presidência

Com vigência a partir de 22/01/2016

Regimento Interno do TJERJ

Constituição Federal (Art. 34 e 35)

Lei nº 8437/92 (art. 4º) - Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências;

Lei nº 12016/09 (art. 15) - Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências;

Resolução do STJ nº 12/2009 – Dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência dessa Corte;

Resolução do CNJ nº 135/2011 - Dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências.

RAD-SGADM-015 – Apoiar a Administração do DEGEA

Vigência a partir de 25/04/2023

RAD sem Referências

RAD-SGADM-015 - Prestar Informações em Processos Judiciais Criminais e Administrativos de Natureza Criminal

Com Vigência a partir de 24/08/2017

RAD sem referências

RAD-SGADM-016 - Instruir Processos Administrativos

Com vigência a partir de 22/01/2016

Constituição da República Federativa do Brasil;

Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (LODJ);

Regimento Interno do TJERJ.

RAD-SGADM-017 – Avaliar, Selecionar e Destinar os Documentos do Arquivo Intermediário

Vigência a partir de 25/04/2023

Lei Federal no 8159/91 (Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências);

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 01/2004 (Atualiza o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro);

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 01/2015 (Atualiza a Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro);

Ato Executivo TJ nº 5157/2009 (Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a eliminação dos autos processuais dos Juizados Especiais Criminais);

Ato Executivo TJ nº 4363/2010 (Autoriza a eliminação de processos julgados sem resolução do mérito, com baixa no registro de distribuição, em decorrência do cumprimento da Meta 2 de 2009, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);

Ato Executivo TJ nº 4364/2010 (Autoriza a eliminação de processos judiciais de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ, a publicação de editais para manifestação das partes e dá outras providências);

Lei Federal nº 12.527/2011 - Regula o acesso a informações e dá outras providências;

Resolução CNJ nº 324/2020 - Institui diretrizes e normas de Gestão Documental do Poder Judiciário.

Resolução OE 08/2022 - Aprova a revisão do Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PROGED/PJERJ, em consonância com as normativas da Resolução CNJ nº 324/2020;

Resolução CNJ nº 469/2022 - Estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário.

RAD-SGADM-018 – Revisar a Tabela de Gestão da Informação Documentada das Rotinas Administrativas do PJERJ

Vigência a partir de 18/04/2018

Lei nº. 8159/1991 – Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01/2004 – Atualiza o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01/2015 – Atualiza a Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Recomendação CNJ nº 37/2011 – Disciplina a gestão de documentos no Poder Judiciário e a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME.

Resolução TJ/OE/RJ nº 34/2014 – Aprova o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PROGED/PJERJ.

RAD-SGADM-019 – Gerir os Instrumentos Arquivísticos

Vigência a partir de 22/02/2021

Lei nº. 8159/1991 – Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01/2004 – Atualiza o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2007 – Disciplina a padronização da Tabela de Tipos de Assuntos do Sistema de Protocolo Administrativo (PROT) de acordo com o Código de Classificação de Documentos;

Ato Normativo TJ nº 10/2008 – Implanta as Tabelas Processuais Unificadas da Segunda Instância do Poder Judiciário e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2008 – Implanta as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências;

Recomendação CNJ nº 37/2011 – Recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname e de seus instrumentos;

Ato Normativo TJ nº 05/2014 – Estabelece procedimentos de arquivamento de documentos administrativos no âmbito do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGC/DEGEA);

Resolução TJ/OE nº 34/2014 – Aprova o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PROGED/PJERJ.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01/2015 – Aprova as atualizações da Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ nº 19/2020 – Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI a partir do dia 27 de julho de 2020 e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

RAD-SGADM-021 – Gerir Arquivo Permanente

Vigência a partir de 25/04/2023

Lei nº. 8.159/1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;

ISAD (G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos;

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ);

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01/2004 - Atualiza o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 02/2004 - Atualiza a Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Recomendação CNJ nº 37/2011 – Disciplina a gestão de documentos no Poder Judiciário e a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME;

Lei Federal 12.527/2011 - Destina-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação de acordo com os princípios básicos da administração pública;

Resolução TJ/OE nº 34/2014 – Aprova o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PROGED/PJERJ;

Lei Federal 13.105/2015 - Código de Processo Civil

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01/2015 – Aprova as atualizações da Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução CNJ nº 215/2015 - Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação

da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Ato Executivo TJ 270/2017 – Institui Grupo de Trabalho para a Pesquisa da Proveniência do Acervo Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e designa seus membros;

Ato Normativo nº 08/2018 – Dispõe sobre o Serviço de Informação ao Cidadão e do Acesso as informações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, visando disciplinar entre outros dispositivos, o acesso aos documentos pessoais de caráter público que registram dados ou informações pessoais.

Resolução CNJ nº 324/2020 - Dispõe sobre a Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário.

RAD-SGADM-022 – Gerir o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos

Vigência a partir de 25/04/2023

RAD sem Referências

RAD-SGADM-024 – Tratar de Saídas e de Produtos Não Conformes no DEGEA

Vigência a partir de 25/04/2023

RAD sem Referências

RAD-SGADM-029 - Coordenar o Ciclo de Vida dos Órgãos Colegiados Administrativos

Com Vigência a partir de 01/08/2022

Resolução TJ/OE Nº 03/2021 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo nº 03/2013, de 20 de maio de 2013, com as alterações promovidas pelo Ato Normativo TJRJ nº 10, de 22 de maio de 2013, que regulamenta a criação e disposição dos Órgãos Colegiados Administrativos no âmbito da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 06/2018, de 27 de março de 2018, que avisa aos senhores magistrados e servidores que deverão informar à Administração sobre eventual indicação como representante do TJRJ para compor, como membro, Órgãos Colegiados Administrativos externos.

RAD-SGADM-029 – Elaborar Ementário de Jurisprudência

Vigência a partir de 07/12/2022

Resolução TJ/OE nº 3/2021- Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Executivo TJ nº 168/2019 – Institui a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, estabelece sua composição e suas atribuições;

Portaria nº 610/2021 – Designa membros para a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COJUS);

Ato Executivo TJ nº 602/2010 - Resolve autorizar a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a publicar no Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ) os Ementários de jurisprudência, e dá outras providências;

Arts. 119 a 123 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – RITJERJ;

RAD-SGADM-030 – Assessorar os Órgãos Colegiados Administrativos

Com Vigência a partir de 15/12/2022

Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (CODJERJ) e Lei Estadual nº 6.956, de 14 de janeiro de 2015, Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (LODJ), e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (REGITJRJ), de 18 de março de 2016, e suas atualizações posteriores, que dispõe sobre a competência e o funcionamento dos Órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em especial os Artigos 216 a 223 (Dos Projetos de Normas);

Resolução TJ/OE nº 3, de 08 de fevereiro de 2021, e alterações posteriores - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo TJRJ nº 03, de 20 de maio de 2013, alterado pelos Ato Normativo TJRJ nº 10, de 22 de maio de 2013 e nº 24 de 1º de dezembro de 2022, que regulamenta a criação e disposição dos Órgãos Colegiados Administrativos no âmbito da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGADM-030 – Realizar Pesquisa de Jurisprudência

Vigência a partir de 25/11/2022

Resolução TJ/OE nº 3/2021 – Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 19/2021 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial;

Ato Executivo TJ nº 168/2019 – Institui a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, estabelece sua composição e suas atribuições;

Portaria nº 610/2021 - Designa membros para a Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COJUS).

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 - Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências;

Processo Administrativo nº 2013-174625 – Autoriza a descontinuidade da pesquisa de jurisprudência aos usuários externos.

RAD-SGADM-031 – Elaborar a Revista de Direito do TJERJ

Vigência a partir de 17/12/2021

Resolução TJ/OE nº 3/2021 – Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências,

Portaria nº 1797/2017 – Dispensa e designa o diretor da Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Executivo TJ nº 2498/2011 – Institui o Conselho Editorial da Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Portaria STJ nº 04/1994 – Defere o pedido de registro, como repositório autorizado de jurisprudência, da “Revista de Direito de Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Instrução Normativa nº 01 do STJ/2008 – Dispõe sobre o registro dos repositórios autorizados e credenciados da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em mídia impressa e eletrônica, e em páginas em portais da Rede Mundial de Computadores.

Processo Administrativo SEI 2021-0633925 – Autoriza a descontinuidade da revista impressa, permanecendo apenas a edição eletrônica.

ABNT NBR 6023:2002 - Informação e documentação – Referências – Elaboração.

RAD-SGADM-032 – Disponibilizar Documentos Preservados em Mídias Alternativas

Vigência a partir de 22/03/2021

Lei Federal 5.433/68 – Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.

Decreto Federal 1.799/96 – Regulamenta a Lei Federal 5.433/68, que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.

RAD-SGADM-046 – Realizar Entrevista para Registro de Memória Institucional

Vigência a partir de 10/07/2023

Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004 (Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos).

Ato Normativo Nº 10/2015 – Estabelece Medidas para a Preservação da Memória Judiciária.

Ato Normativo nº 02/2020 - Aprova o Plano Museológico do Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário;

Ato Normativo nº 20/2021 - Altera o Ato Normativo TJ nº 26/2010 que estabelece o gerenciamento de projetos e processos de trabalho relacionados à preservação e divulgação do acervo histórico-museológico, e instala a Comissão de Preservação da Memória Judiciária - COMEMO -, junto ao Museu da Justiça - Centro Cultural do Poder Judiciário;

Resolução TJ/OE nº 04/2023 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-SGADM-054 - Atender Solicitação de Consulta ao Acervo Documental do Museu da Justiça-Centro Cultural do Poder Judiciário

Vigência a partir de 03/10/2022

Lei 8159/1991 – (Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências).

Lei n.º 11904/2009 (Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências).

Lei 12527/2011 (Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, e dá outras providências).

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2004 – (Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências).

Ato Normativo nº 10/2015 (Estabelece Medidas Administrativas para a Preservação da Memória Judiciária).

Ato Normativo TJ nº 02/2020 - Aprova o Plano Museológico do Museu da Justiça - Centro Cultural do Poder Judiciário.

Resolução TJ/OE nº 03/2021 – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Ato Normativo TJ nº13/2022 – Dispõe sobre a utilização e execução da “Marca PJERJ” (logotipo PJERJ) para ações de Comunicação Institucional, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGADM-055 – Publicar o Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ)

Vigência a partir de 07/12/2022

Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil;

Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.

Resolução TJ/OE nº 3/2021 – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 19/2021 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial;

Resolução CNJ nº 455/2022, de 27 de abril de 2022 – Institui o Portal de Serviços do Poder Judiciário (PSPJ), na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PD PJ-Br), para usuários externos;

Resolução TJ/OE nº 6/2012 – Institui as regras de utilização do certificado digital por magistrados e funcionários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE nº 10/2008 – Institui o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ e dá outras providências;

Ato Executivo TJ nº 188/2019 – Resolve que estão autorizados a assinar digitalmente o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ os servidores lotados no Serviço de Publicação do Diário da Justiça Eletrônico (DGC/M/SEDJE), o Diretor da Divisão de Organização de Acervos de Conhecimento (DGC/M/DICAC) e seu substituto, o Diretor do Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento (DGC/M/DECCO) e seu substituto, todos vinculados à Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGC/M).

Ato Executivo TJ nº 2198/2009 – Resolve autorizar as diretorias-gerais vinculadas a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça a realizar o envio para publicação do Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ) dos atos oficiais emitidos pela Presidência e afetos as suas respectivas atribuições, e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 4/2016 – Regulamenta o fornecimento e a utilização de Certificados Digitais nos termos previstos na Resolução nº 06/2012 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2/2008 – Regulamenta a Resolução TJ/OE nº 10, de 05 de junho de 2008, que instituiu o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – DJERJ e dá outras providências.

Ato Normativo TJ nº 9/2010 – Estabelece normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Aviso CGJ nº 524/2018 - Reitera sobre a proibição de intimar a parte, já intimada pelo portal, novamente pelo Diário de Justiça Eletrônico, salvo sob determinação expressa do Magistrado;

Aviso TJ nº 31/2010 – Avisa que a publicação de editais de proclamas de casamento no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário - DJERJ é gratuita, não gerando assim a incidência de valor a ser pago pelos nubentes para o fim em tela;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 18/2016 – Avisa aos Magistrados, Secretários dos Órgãos Julgadores, Chefes de Serventias/Substitutos e demais serventuários sobre a publicação do edital na rede mundial de computadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 8/2008 – Avisam aos funcionários responsáveis pelo envio de publicações ao DJERJ, que a partir de 29 de agosto de 2008, as matérias que mencionarem o número de inscrição de advogados na OAB e/ou o número da distribuição ou autuação de processos deverão atender a padronização que menciona;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 9/2008 – Retificam o Aviso Conjunto TJ/CGJ n. 8 de 25/08/2008;

RAD-SGADM-058 – Gerir Conteúdo do Banco de Ações Coletivas

Vigência a partir de 25/06/2021

Constituição da República Federativa do Brasil, art 129, inciso III

Lei 7.347/85 (Ação Civil Pública) – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.

Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Ato Executivo nº 1172/2008 da Presidência do TJERJ – Determina a criação de banco de dados de decisões judiciais em ações civis públicas e dá outras providências.

RAD-SGADM-059 – Arquivar e Desarquivar Documentos Sigilosos no DEGEA

Vigência a partir de 15/07/2019

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2003 – Dispõe sobre a padronização dos procedimentos de entrada de acervos arquivísticos no Departamento Geral de Arquivo e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06/2004 – Determina que as unidades organizacionais deverão adotar o modelo de etiqueta auto-adesiva – código 652.9459 – para identificação das caixas-arquivo e dá outras providências;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 09/2007 – Avisam que as comunicações internas da Presidência e da Corregedoria Geral da Justiça serão feitas por meio eletrônico, de acordo com as determinações contidas no Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 4, de 27/01/2004;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 07/2005 – Avisa que a partir do dia 1 de junho de 2005 terá início o processo de automação do Arquivo Central de São Cristovão e dá outras providências;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 01/2011 – Dispõe sobre a correta classificação processual dos feitos, visando à extração de dados estatísticos mais precisos e o tratamento uniforme na divulgação dos atos processuais judiciais, como forma de viabilizar o exercício da transparência.

Ato Normativo TJ nº 05/2014 – Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM/DEGEA) somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) seja a guarda permanente.

Lei Federal nº 12.527 – Lei de acesso à informação;

Resolução Consolidada OE/TJ 04/1997 – Regula o sigilo dos procedimentos referentes a magistrados.

RAD-SGADM-063 - Realizar Pesquisas Históricas

Vigência a partir de 25/03/2022

Lei Federal nº 12.527/2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Lei Federal nº 11904/2009 - Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências;

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 - Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências;

Ato Normativo nº 20/2021 - Altera o Ato Normativo TJ nº 26/2010 que estabelece o gerenciamento de projetos e processos de trabalho relacionados à preservação e divulgação do acervo histórico-museológico, e instala a Comissão de Preservação da Memória Judiciária - COMEMO -, junto ao Museu da Justiça - Centro Cultural do PJERJ – CCMJ;

Ato Normativo nº 02/2020 - Aprova o Plano Museológico do Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário;

Ato Normativo nº 10/2015 - Estabelece Medidas Administrativas para a preservação da Memória Judiciária;

Resolução TJ/OE nº 03/2021 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Administração

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

06/07/2023